

EDITORIAL

“Qual é o mistério que leva uma sociedade moderna, quase sempre tecnocrata e autoritária, a financiar a vagabundagem bem-comportada do filósofo?”

(José Arthur Giannotti)

A Revista Kínesis apresenta aos seus leitores uma edição com o tema “Filosofia no Ensino Médio”. São onze artigos inéditos e uma entrevista com o atual Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), Dr. Adriano Correia Silva. Os artigos abordam questões metodológicas e sociais relacionadas ao ensino da filosofia e trazem temas fundamentais para reflexão teórica dos pesquisadores e para prática docente no ensino médio. A entrevista versa, principalmente, sobre o lugar da filosofia no cenário político da educação brasileira neste final de 2018. Uma paisagem de incertezas e perplexidades.

É difícil prever o que acontecerá com o ensino de filosofia a partir do próximo ano. As mudanças provavelmente afetarão de alguma forma todos os níveis de ensino. Mas não sabemos exatamente o que esperar. O que parece certo é que a história, por pertinácia do destino, nos colocou diante de uma contingência singular que sugere o lugar da filosofia no novo currículo secundário como uma espécie de não-lugar. O que quer que venha pela frente, exigirá da nossa comunidade uma defesa, talvez nunca antes necessária, do sentido, da função e da importância de se aprender e ensinar filosofia.

A peleja entre o Estado e a filosofia teve na condenação de Sócrates apenas o seu momento inaugural. A história da filosofia como fenômeno cultural é também a história das relações ambivalentes entre as ideias filosóficas (e seus autores) e o poder instituído pela política. Uma desconfiança recíproca marca a tensão entre o questionamento radical e a instituição de uma ordem qualquer, autoritária ou liberal-democrática (que, aliás, é sempre preferível). Uma vez vinculada ao Estado moderno como atividade acadêmica a filosofia tornou-se uma espécie de funcionária da ordem que ajuda a conservar em seus termos essenciais, mitigando os impulsos perturbadores num ambiente livre, porém hermético. O filósofo como um agitador – bem-comportado – de ideias, um burocrata a serviço do ócio criativo. O caso brasileiro é bastante ilustrativo de uma relação de idas e vindas, tratos e destratos entre o Estado e a filosofia em sua forma institucionalizada.

A filosofia foi para o Brasil, desde os tempos de sua presença colonial, um artigo de luxo para deleite de alguns senhores ricos e missionários ilustrados. Uma veleidade

provida por jesuítas para envernizar o colono branco que aqui chegara com o fito de se apropriar das terras, comprar escravos e caçar índios (como se fossem animais), mas que, todavia, tentava assimilar algum tipo de simulacro dos hábitos supostamente civilizados das classes dirigentes da metrópole. Este é precisamente o lugar-comum do ensino de filosofia no Brasil: tudo começou por um processo deficiente de instrução, em latim, baseado na memória compulsória (decoreba), com eventuais castigos físicos e, na ausência de um sentido social mais amplo, ainda assim prosseguiu, de forma extemporânea e avulsa por longos séculos. Não obstante os esforços dos últimos oitenta anos em prol de sua profissionalização e democratização, a filosofia permanece como uma atividade de elite, quase sempre alheia aos eventos do “mundo vivido” pelas maiorias.

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985) o ensino de filosofia foi praticamente extinto do currículo escolar e nas Universidades esteve sob a tutela da Doutrina de Segurança Nacional. Tão logo o regime perdeu força, em meados de 1970, o ensino da filosofia foi colocado, juntamente com a anistia e o fim da censura política, na pauta da agenda democrática brasileira. Esperava-se pelo retorno da filosofia às escolas do mesmo modo como se aguardava a liberação das canções do Chico Buarque que foram censuradas pelo regime ou com a mesma saudade em que se sonhava “com a volta do irmão do Henfil”. Depois de algumas décadas de intensas reivindicações de educadores e estudantes, após a frustração generalizada com o ambíguo artigo 36 da LDB 9394/96, finalmente a Lei 11.684, em 2008, fez retornar a filosofia e a sociologia ao currículo do ensino médio como componentes obrigatórios, atendendo também a um anseio represado entre os setores mais esclarecidos e progressistas da sociedade.

Acreditava-se que este regresso representaria um passo importante para afirmação da democracia no País. A filosofia no ensino médio encarnava simbolicamente a promessa de uma redenção ética e política da sociedade, tanto quanto representava a afirmação da cidadania e da consciência crítica dos estudantes após duas décadas de opressão ditatorial. Embora tardia, a promulgação da Lei 11.684/08 foi uma vitória importante, especialmente para consolidação institucional da filosofia. Todavia, essa conquista provou-se, em menos de uma década, ser tão instável quanto foram as outras inúmeras vezes entre os séculos XIX e XX que a filosofia entrou e em seguida saiu do currículo escolar brasileiro.

A presença da filosofia nas escolas brasileiras continua a ser um desafio de alta complexidade para professores secundários, para os professores universitários que os

formam e para os gestores dos sistemas educacionais. Com a cominação reacionária que se avizinha, as mesmas questões de justificação da filosofia na escola, que foram tantas vezes respondidas por filósofos da educação nos tempos de sua supressão, tornam-se mais uma vez atuais, necessárias e talvez ainda mais perturbadoras do que antes, a nos exigir novas respostas. Mais uma vez será necessário justificá-la, defendê-la para garantir sua presença no sistema escolar. Entretanto, isso não se deve fazer apenas com discursos apoloéticos, mas também com uma prática de efetiva qualidade filosófica nas escolas.

A ascensão da ultradireita nas eleições de 2018 e sua promessa de uma reforma moral conservadora – que curiosamente se assemelha em certos aspectos à revolução cultural maoísta (sic) – paira como uma das mais graves ameaças às bases educação brasileira desde a Reforma Pombalina no século XVIII. A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/17), a Base Nacional Comum Curricular (alterada depois do golpe de 2016) e mais recentemente o retorno do absurdo Projeto “Escola sem Partido” ergueram-se como obstáculos às garantias de qualidade e à própria liberdade de cátedra dos professores. Cada declaração pública do novo governo em transição sobre educação, cultura ou direitos humanos denuncia tempos ainda mais difíceis para o ensino de filosofia no País.

Apesar do extraordinário crescimento numérico e qualitativo das Licenciaturas e dos Programas de Pós-Graduação nas últimas décadas, sem falar da expansão editorial com a publicação de novas e melhores traduções de clássicos, além de teses e revistas especializadas, a situação geral da filosofia no Brasil ainda comporta vulnerabilidades. Foi o investimento na educação básica que alavancou, durante os governos progressistas dos últimos anos, praticamente toda estrutura institucional hoje existente. Como se viu, bastou uma súbita alternância no jogo de forças políticas para modificar, em apenas cinco anos, um horizonte de expectativas promissoras para filosofia no País. Uma eventual retirada da filosofia do currículo escolar, algo que diante do atual contexto político não é improvável, produzirá um efeito em cadeia que em poucos anos atingirá também os Programas de Mestrado e Doutorado, bem como poderá resultar no imediato encerramento das atividades de alguns cursos de graduação que não foram bem avaliados nas últimas medições do MEC.

Não resta outra alternativa aos educadores brasileiros do que resistir – no limite de suas forças pessoais, de sua interlocução coletiva e de suas possibilidades institucionais – a esta onda reacionária que se aproxima furiosamente. Os professores e estudantes de filosofia devem prosseguir em suas tarefas acadêmicas e escolares, ao mesmo tempo que se defendem dos ataques e da censura ideológica, talvez sem

precedentes em nossa história. Mas há pelo menos duas questões de fundo que precisam ser enfrentadas para firmarmos nossa resistência diante da barbárie que se insinua.

A primeira, diz respeito ao enraizamento da filosofia na cultura brasileira, a tarefa de fazê-la tal como uma “coisa civil” (como diria Crisóstomo de Souza); o que significa, entre outras estratégias, intensificar o diálogo com a literatura, com o cinema, com o teatro, com o canção popular e com outras formas de expressão das artes e das ciências que transitam em nosso território cultural; inclusive, dialogar com o nosso próprio pensamento filosófico nacional e latino-americano, deliberadamente esquecidos entre nós.

A segunda questão diz respeito ao *status* do ensino da filosofia: compreendido, até então, como tema para pedagogos e afins. Enquanto não houver por parte da comunidade filosófica nacional algum nível de reconhecimento do ensino da filosofia como uma tarefa ao mesmo tempo prática e filosófica – e não apenas como uma mera região particular da didática geral – a situação da presença da filosofia nas escolas continuará a ser tratada, *interna corporis*, como um capricho obstinado que no final das contas presta um serviço apenas aos interesses corporativos da comunidade filosófica nacional.

Com raras exceções, as discussões em torno do ensino de filosofia não se relacionam com a história da filosofia local. Não é comum aparecer nos programas de pesquisa de filosofia trabalhos destinados ao exame da história da filosofia no Brasil, e poucos são os estudos sobre a história do ensino de filosofia no País. Este fato parece sugerir uma dificuldade atávica, que remonta a história *sui generis* de como as nossas “elites despaisadas” (expressão de Mário de Andrade) se relacionam entre si, em especial quanto ao valor intelectual que costumam conferir aos seus pares do departamento vizinho ou ao que é considerado no âmbito das letras como algo “genuinamente” brasileiro. Seja por vergonha, por ignorância ou por mero preconceito cultural, aquilo que alguns chamam de pensamento brasileiro é algo quase inexistente no âmbito das pesquisas e absolutamente ausente nas práticas do ensino secundário. Também em vias de extinção na graduação, a “Filosofia no/do Brasil” ainda sobrevive como componente optativo em algumas Universidades, quase sempre ofertado na base do improvisado. Compreende-se que as razões dessa ausência estão diretamente ligadas ao imaginário cultural produzido pelos historiadores, cultores e detratores das produções da filosofia no Brasil, tanto do passado, quanto do presente. A disputa de visões no interior desse imaginário determinou também, em alguma medida, o sentido atribuído à experiência no

nível médio, em particular quanto ao modo que se acredita poder ensinar filosofia e quanto aos próprios fins que essa experiência se presta.

O relativo consenso quanto à precariedade das práticas de filosofia no Brasil ajuda a explicar o porquê da escassa existência de estudos históricos ou mesmo de avaliações críticas das produções nacionais hodiernas. Isto se nota tanto entre os entusiastas com olhos fixos num passado que parecia promissor, quanto entre os que acreditam que a filosofia ainda não teve sequer uma “certidão de nascimento” no Atlântico Sul para além da sua fundação universitária em 1934 com a criação do “Departamento Francês de Ultramar”. Quando o assunto é filosofia no ou do Brasil, fala-se, em geral, de uma filosofia “sem assunto próprio”, “sem virtudes autóctones”, “xenófila”, “alienígena”, “estranha”, “artificial”, “filoneísta”, “frágil”, “flácida”; uma variante do “humanismo retórico”, uma filha bastarda de uma “cultura livresca” e “decadente” que foi assimilada de forma “mendaz” e por vezes “patética” das tradições lusitanas para se colocar a serviço da catequese ou da vaidade das elites econômicas ilustradas.

Por outro lado, quando se trata de diminuir o valor da tradição engendrada pela USP os críticos da tradição estruturalista dizem tratar-se de um gênero de filosofia “sem criatividade” e que – muito embora possa se reconhecer uma “razoável” qualidade técnica – permanece alheio ao “interesse nacional”. Dizem ainda que mesmo jactando-se de possuir um padrão internacional o comentário especializado feito no Brasil, que se passa por padrão oficial do trabalho filosófico, ainda é incapaz de interessar ao leitor europeu ou norte-americano. Ao se acusarem mutuamente pela falta de tino filosófico – tanto os cultores da filosofia nacional que reclamam da “timidez” dos filósofos acadêmicos, quanto os acadêmicos que se queixam de tais cultores por lhes faltarem o viço da investigação séria – produzem uma imagem global que estabelece como síntese um juízo de valor negativo sobre a experiência filosófica daqui: ela foi beletrista e diletante no passado e atualmente mostra-se excessivamente contida em suas ambições intelectuais especializadas, além de desinteressada pelas questões brasileiras ou por uma cosmovisão pronunciada a partir do nosso solo latino-americano. Entre um passado verborrágico e um presente envergonhado, paradoxalmente vaidoso, o ensino da filosofia feito no Brasil somente poderia mesmo encontrar-se aos pés de uma tradição estrangeira qualquer, desde que plenamente estabelecida para fornecer os conteúdos e os métodos próprios ao filosofar. Precisamos nos reconciliar com a ideia de uma filosofia “menor”, civil, tupiniquim e afro-ameríndia.

Quanto ao reconhecimento do estatuto filosófico do ensino da filosofia, ao que parece, já se encontra em curso um processo de amadurecimento, que embora lento, talvez seja definitivo. Evidentemente, não serão todos os membros da comunidade que se dedicarão aos problemas do filosóficos do ensino. Mas é necessário que os pesquisadores da filosofia acadêmica incorporem a ideia de que a investigação filosófica do ensino da filosofia é algo tão legítimo e necessário quanto a investigação de quaisquer outros temas. Ainda hoje a separação abissal nas Universidades brasileiras entre a “Filosofia da Educação” e a “Filosofia Acadêmica” é uma lamentável realidade. Historicamente foram os filósofos da educação os primeiros a tratarem o tema do ensino da filosofia como problema filosófico, algo que só recentemente os filósofos acadêmicos começaram a compreender.

Neste momento em que se apresenta um risco concreto de um apagão filosófico-cultural no Brasil, precisamos diminuir essas distâncias e somar forças, tal como já fizemos num passado recente. Nos anos de 1970 os filósofos acadêmicos, os filósofos da educação e estudantes uniram-se na mobilização pelo retorno da filosofia ao currículo escolar. Além da SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas), fizeram parte das mobilizações: a CONVÍVIO (Sociedade Brasileira de Cultura); a CONPEFIL (Conjunto de Pesquisa Filosófica); a ABFC (Associação Brasileira de Filósofos Católicos); o IBF (Instituto Brasileiro de Filosofia); a CNDF (Coordenação Nacional do Departamentos de Filosofia). Também merecem ser lembrados com destaque a organização dos próprios estudantes dos cursos de graduação reunidos nos ENEFIL’s (Encontros Nacionais de Estudantes de Filosofia). Atualmente temos como mais representativo espaço de convergência a ANPOF/Ensino Médio. Mas acreditamos que o de diálogo poderá ser ampliado na medida em que se reconheça amplamente o lugar filosófico da pesquisa sobre o ensino de filosofia.

Nesta edição, o professor Dr. Ricardo Henrique Resende de Andrade (UFRB) entrevista o Presidente da ANPOF, o professor Dr. Adriano Correia Silva (UFG) abordando essas e outras questões que dizem respeito ao ensino da filosofia nas escolas brasileiras). Há mais ou menos quinze anos a ANPOF tem assumido a liderança nos assuntos relacionados ao ensino da filosofia no País. Todavia, a gestão do professor Adriano tem enfrentado, quiçá, o maior dos desafios da história desta instituição fundada em 1983: defender o ensino disciplinar da filosofia, com qualidade, em meio a uma avalanche de ações desmobilizadoras com forte teor reacionário.

Na entrevista, o professor Adriano falou sobre os argumentos em defesa da obrigatoriedade do ensino, do papel da ANPOF e da nova configuração da comunidade nacional, aparentemente mais sensível aos problemas políticos do País e do mundo atual e mais disposta a debater-los. Ele falou também das novas perspectivas abertas pelo Programa Institucional de Bolsas para Iniciação à Docência (PIBID) e pelo Mestrado Profissional de Filosofia (PROF-Filo) que envolve dezessete instituições universitárias do Brasil.

Na opinião do Presidente da ANPOF o ensino de filosofia tem acumulado êxitos desde a Lei 11.684/08: “É notável o quanto vem sendo bem-sucedida a experiência do ensino de filosofia desde a retomada da sua obrigatoriedade no nível médio, mesmo com dificuldades notáveis como a exígua carga horária. Dispomos de material didático de reconhecida qualidade e também de uma reflexão constante sobre a própria atividade em uma área de pesquisa cada vez mais vigorosa, a que reflete sobre o ensino de filosofia”. Ele também considera que “As licenciaturas em filosofia têm sido fortalecidas, principalmente devido ao PIBID, e a experiência do PROF-Filo demonstra o quanto temos condições atualmente não apenas de formar com excelência os profissionais necessários para o ensino da disciplina como também de refletir sobre o próprio ensino e aprimorá-lo constantemente”.

O professor Adriano Correia Silva, entretanto, demonstra preocupações com o futuro do ensino da filosofia diante do cenário de indefinições e incertezas produzido pela nova legislação: “Tanto a reforma do ensino médio quanto a BNCC possuem formulações demasiado vagas acerca da natureza do ensino dos saberes previstos para o ensino médio, incluídos aí os saberes filosóficos. Esta vagueza ultrapassa o nível da formulação abrangente que um documento desta natureza deve possuir”.

Adriano ainda falou sobre a necessidade de interlocução entre os pesquisadores da área de ensino com a comunidade da filosofia envolvida em outros assuntos. O professor defende que a integração dos membros da comunidade esteja a serviço da formação de professores e da garantia de qualidade do trabalho filosófico no País.

Além da entrevista apresentamos onze artigos inéditos. Os artigos abordam questões metodológicas e sociais relacionadas ao ensino da filosofia e trazem temas fundamentais para reflexão teórica dos pesquisadores e para prática docente no ensino médio. Seguem os artigos na ordem de publicação:

“Construindo imagens para a filosofia: discussão sobre algumas definições introdutórias ao seu ensino” de autoria de André Luis La Salvia, professor de Metodologia

e Prática de ensino de Filosofia da UFABC. O artigo aborda e problematiza três imagens da filosofia presentes nos livros didáticos aprovados pelo PNLD de 2015. Por imagens da filosofia o autor entende qualquer prática de ensino passa pelas perguntas “o que é?” e “para que serve?” a filosofia. Sua estratégia, a partir disso, foi pesquisar os lugares-comuns presentes nos materiais didáticos e problematizar seus pressupostos a fim de repertoriar o processo formativo de professores na área.

“O que pode o professor de filosofia no Ensino Médio?” de Fábio Moreira Vargas, graduando em Filosofia pela USP, e Douglas Rodrigues Barros, doutorando em Filosofia pela Unifesp. O artigo tem por objetivo abordar três questões: Que pode um *professor*? Que pode um professor de *filosofia*? Que pode um professor de filosofia no *Ensino Médio*?. Notam os autores que cada uma das possíveis respostas afeta decisivamente o conteúdo da reflexão para a questão seguinte.

“Filosofia no ensino médio: materiais e métodos” de Wagner Teles de Oliveira, professor de Filosofia da UEFS. O artigo apresenta algumas considerações sobre o papel da Filosofia no ensino médio, tendo como ponto de partida o contraste entre um diagnóstico sobre a situação do ensino de Filosofia no Estado da Bahia e as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Esse contraste permite o autor trazer uma reflexão sobre métodos de ensino como relacionados ao perfil de formação dos professores que atuam no ensino de Filosofia.

“Por que a leitura de textos filosóficos em sala de aula é uma prática indispensável?” de Débora Cristina Martins de Souza, mestranda em ensino de Filosofia pelo PROF-FILO da UFPR. O artigo tem por objetivo abordar a questão da leitura dos textos filosóficos no ensino de Filosofia. Para isso, a autora utiliza a problemática que Arthur Danto propõe a respeito do embate entre Filosofia e Literatura no que tange à *questão da referência*, abordagem esta que na conclusão do autor desvela uma dimensão referencial da leitura que não está vinculada à técnica. Segunda a autora, esta reflexão pode nos elucidar respostas a respeito da presença da Filosofia no ensino, bem como a respeito da leitura de textos filosóficos em sala de aula.

“O ensino de filosofia nas óticas inter e transdisciplinar: mediação didática sobre a problemática antropológico-filosófica” de autoria de *Gilson Malta da Silva* Licenciado em Filosofia e Mestre em Educação pela UFSJ. Este artigo tem por objetivo divulgar os resultados de uma pesquisa de mestrado. O autor investiga a questão como um ensino de filosofia, proposto nas perspectivas inter e transdisciplinar, estava sendo organizado em

colégio. A pesquisa é descritiva e qualitativa e tem por referenciais teóricos Edgar Morin e Basarab Nicolescu.

“Implicações sociais e didática filosófica” de *Marcos Machado*, mestrando pela PROF-FILO da UFABC. O objetivo do artigo é apontar algumas considerações a respeito de uma possibilidade de didática filosófica no âmbito do Ensino Médio. Pretende-se apresentar o modo pelo qual os costumes de determinada sociedade interferem na elaboração de uma proposta didática filosófica nesse nível de ensino e indicar que toda metodologia, sobretudo filosófica, deve considerar a situação contextual, antes de sugerir qualquer didática.

“A politecnia como currículo filosófico para o ensino médio integrado” de Alex Lara Martins do IFNMG, campus Almenara. O artigo tem por objetivo estabelecer os marcos conceituais da politecnia, seja em oposição à técnica e à ciência compreendidas separadamente, seja como uma crítica à hierarquização dos saberes. Segundo o autor, a perspectiva filosófica da politecnia surge como uma alternativa realizável para a educação profissional de nível médio e técnico no Brasil. O modelo curricular pautado pela politecnia pressupõe, ainda segundo o autor, a articulação dos saberes e ter em vista a formulação de projetos integradores.

“Educação e filosofia na era da (des)informação” de Rafaela Ferreira Marques, doutoranda em Filosofia pela UFSCar. A autora faz uma reflexão a partir de duas novidades destacadas nessa nova geração do anos 2000: (i) emergência de uma nova geração de crianças e adolescentes denominadas por Michel Serres de *Polegarzinhos*, que tem como principal característica o uso frequente e quase orgânico de tablets, *smartphones* e outras NTICs; (ii) recente inclusão do ensino de filosofia como disciplina obrigatória nos três anos do Ensino Médio no Brasil. Em vista das características dessa geração a autora faz uma reflexão sobre a seguinte questão: Como se dá a relação dessa geração com o estudo da filosofia? Em sua análise a autora aborda a prática pedagógica a partir do viés da “oficina de conceitos” proposto por Silvio Gallo.

“Linhas da formação docente: plasticidades dos encontros rizomáticos” de Ramires Fonseca Silva, mestre em Educação pela UNEB, e Liége Maria Sitja Fornari, professora titular da UNEB. O objetivo do artigo é investigar as possíveis convergências entre a filosofia da diferença elaborada por Gilles Deleuze em parceria com Félix Guattari e o campo da formação docente contemporânea, reconhecendo que as narrativas educativas contemporâneas são produzidas em territórios instituídos a partir de uma linearidade instrumental com impactos significativos no percurso dos formandos. O outro objetivo

dos autores identificar nexos estabelecidos em dimensões rizomáticas num solo imanente entre o horizonte da territorialidade educacional e a concepção construtiva de modos de subjetividades no movimento da processualidade.

“Anton Wilhelm Amo: filósofo negro no iluminismo e a descolonização da filosofia nas escolas” de Carlos Eduardo Gomes Nascimento, mestrando em Educação pela UFBA. O autor tem por objetivo realizar uma reflexão sobre a educação e a filosofia no ensino médio, analisando o contexto histórico da obra do filósofo negro, Anton Wilhelm Amo a partir da seguinte questão: em que sentido a presença de Amo, na história da filosofia, relaciona-se com a ideia de descolonização no ensino de filosofia no Brasil? Para tanto, o texto aborda o conceito de raça e do racismo na filosofia e debate a descolonização na didática em filosofia no ensino médio. Por fim, o autor procura mostrar como a filosofia de Amo possibilita às novas gerações outras formas de pensar a filosofia na educação.

“Em defesa do Ensino da Filosofia: reflexões a partir de Hannah Arendt e Theodor Adorno” de Wanderley José Deina, professor da UTFPR e do mestrado profissional em Filosofia (PROF-FILO) da UFPR. Seu objetivo é explorar e articular as ideias contidas nos ensaios “Pensamento e considerações morais” de Hannah Arendt, e de “Anotações sobre o pensar filosófico” de Theodor Adorno, para sustentar a necessidade da permanência da filosofia no Ensino Médio como disciplina obrigatória.

Esperamos que essa publicação possa trazer luz sobre essa paisagem de incertezas e perplexidades que vivemos em relação ao ensino de Filosofia no nível médio que prenuncia tempos ainda mais difíceis para o ensino de filosofia no País. Agradecemos aos pareceristas *ad hoc* dos principais centros de pesquisa sobre ensino de filosofia que contribuíram para a qualidade da presente publicação. Uma boa leitura a todos!

Ricardo Henrique Resende de Andrade
Rafael dos Reis Ferreira